Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

ARTIGOS |

DOI: https://doi.org/10.30749/2177-8337.v2n44p77-89

LEITURA E CONSTRUÇÃO SUBJETIVA: UMA ALTERNATIVA PARA PESSOAS ENCARCERADAS

READING AND SUBJECTIVE CONSTRUCTION: AN ALTERNATIVE FOR IMPRISONED PEOPLE

Francisco Ramos de Farias*
Diana de Souza Pinto**
Leila Dupret***

Resumo: O artigo diz respeito ao projeto de Extensão Universitária desenvolvido pelo Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência (LPSPV), do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que está ancorado na concepção dialógica de língua, na qual os sujeitos são concebidos como atores/construtores sociais.Os seus alvos primordiais referem-se a subsidiar a atividade de leitura de pessoas encarceradas, bem como auxiliar na avaliação de suas reflexões por meio dos gêneros discursivos resenha e relatório de leitura. Para tanto, são realizadas oficinas periódicas no intuito de orientar os professores e interessados envolvidos no projeto sobre o gênero discursivo resenha/relatório de leitura de livro, apresentando materiais de referência criados pelos pesquisadores, acompanhados de exercícios que se refiram aos pontos contemplados nos referidos materiais. O propósito em questão é de grande importância para a população carcerária, uma vez que oferece um espaço de reflexão e debate sobre o cotidiano prisional e, principalmente, sobre a prospecção do retorno das pessoas presas, em condição de privação de liberdade, à dinâmica da vida social. A execução do projeto de forma continuada e com avaliações de seus frutos quer pelo engajamento de professores, quer pelo desempenho das pessoas encarceradas, permite vislumbrar sua transformação em um dos vieses das políticas públicas referentes à integração social da pessoa presa.

Palavras-chave: Prisão. Educação. Extensão Universitária. Remição de Pena.

Abstract: This paper is related to an extension project based on the dialogical conception of language, in which subjects are conceived as social

---

* Professor associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas egraduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Professora associada IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando como pesquisadora e docente no Programa em Pós-Graduação em Memória Social. Doutora em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

*** Professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas. Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

actors/constructors. This project was developed by the Laboratory of Social Practices and Research on Violence (LPSPV), which makes part of the post-graduate Program in Social Memory (PPGMS) of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO). Our mainly objectives are to subsidize the reading activity of incarcerated prisoners, as well as assist on the evaluation of their observations throughout the following discursive genres: review and reading report. In order to achieve these goals, we held periodic workshops to guide teachers and other people involved in the project on the discursive genres, presenting reference materials created by the researchers, together with exercises that refer to the points mentioned on the materials. In this way, the objectives we propose are of great importance for the prison population, since it offers a space for reflection and debate on prison daily life, and, especially on relation to the return of prisoners, in conditions of deprivation of liberty, to the dynamics of social life. The execution of the project happens continuously, as well as we have evaluations of its results, either because of the engagement of teachers or by the performance of the imprisoned people, which allow us to glimpse their transformation into one of the biases of the public policies regarding the social integration of the prisoner.

Keywords: Prison. Education. University Extension. Remission of sentence.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parcialmente derivado de intervenções no âmbito do Projeto de Extensão denominado "O ato de leitura e a construção de liberdade: remição de pena para pessoas encarceradas", realizadas no Colégio Estadual Rubem Braga, situado no Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho do Complexo de Gericinó. O projeto, cadastrado sob número X0111/2018, na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROECX) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, foi desenvolvido durante o ano de 2018, pelo Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência (LPSPV), do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Código de Financiamento 001.

As atividades terão continuidade no ano de 2019, com o intuito de fazer valer atríade de sustentação da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, porém dando ênfase à modalidade de intervenção, na medida em que as atividades realizadas concorrem para transformações de cunho subjetivo.

A proposta emtela tem como motivação apresentar à sociedade um tema que é pouco discutido hoje em dia, mas de fundamental importância para o campo das relações sociais, principalmente as relativas ao espaço prisional, bem como os contextos sociais que cercam esses locais e aqueles em que pessoas vivem este tipo de dia-a-dia: as possibilidades interferentes da leitura no processo de construção subjetiva.

Em função de se tratar especificamente de uma etapa do processo educativo fundamental para a sociedade, o hábito da leitura, como também a atividade da escrita, é necessário situar o papel social da leitura. Este remete à compreensão de que a sincronicidade entre o que se lê e o que se vive/u além de gerar prazer, contribui ainda para a transformação de pessoas na construção de sua autonomia. Dessa forma, conforme Freire (2001), a leitura contribui para a sociedade dita do conhecimento e a sincronicidade que a leitura proporciona se materializa pela "significação do que está a nossa volta, (na medida em que inclui) experiências na interpretação no ato de ler". (FREIRE, 2001, p. 47).

Todavia é importante circunscrever, nesse caso, o espaço onde acontecem a leitura e a escrita: instituições de encarceramento para pessoas condenadas pela prática de crime. Então, depreendemos que o contexto em questão concerne à possibilidade de leitura e produção de uma escrita em condições de confinamento prisional.

Considerando essas condições, nos indagamos se a escrita premida por essas circunstâncias permite um processo de elaboração de situações da vida, bem como o planejamento de projetos futuros? No entanto, é provável que com a escrita a pessoa encarcerada produza estratégias subjetivas de manter traços mínimos de diferenciação e resistir à massificação decorrente da assimilação da cultura carcerária que, com o passar dos tempos, homogeneíza praticamente as pessoas presas em uma espécie de seriação robotizada, conforme assinala Thompson (1998).

Entendendo a questão por esse prisma podemos admitir que o ato de leitura distancia, sobremodo, a pessoa presa de seu cotidiano carcerário ao lhe permitir elaborar outras estratégias de significação para a sua vida; como também para suportar as agruras do viver em cárcere, situação completamente adversa, comparada às condições de vida antes do ingresso à prisão, mesmo que estejamos falando de pessoas adultas em situação de abandono social.

Nesta perspectiva, o ato de leitura torna-se uma das bases para a construção de cidadãos conscientes e críticos capazes de interagir de forma plena com o mundo que o cerca, tal como nos sugere Koch (2002), a partir da concepção de leitura como processo sóciocognitivo.E ainda, mantém-se em consonância com a Resolução SEAP n. 621 de 01 de julho de 2016, que institui a Remição de Leitura, dispondo sobre a contribuição da leitura para processo de reinserção social da pessoa presa, porqueproporciona meios constitutivos de valores éticos, morais e de desenvolvimento da capacidade de análise de fatos e situações,conforme pode ser constatado em seu Artigo 1º:

> Instituir, no âmbito do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, a "Remição de Pena Pela Leitura", atendendo ao disposto na Lei de Execução Penal, no que tange à Assistência Educacional aos reeducandos. (SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO RIO DE JANEIRO, [2016?], p. [1]).

Assim sendo, subsidiar a atividade de leitura de pessoas encarceradas, bem como auxiliar na avaliação de suas reflexões por meio dos gêneros discursivos resenha e relatório de leitura, passaram a serem os alvos primordiais do projeto, queestá ancorado na concepção dialógica de língua, na qual os sujeitos são concebidos como atores/construtores sociais, e o texto – tanto o lido quanto o produzido na resenha e relatório de leitura - é o lugar da interação. Deste modo, o ato de leitura é entendido como uma atividade altamente complexa de atribuição e criação de sentidos realizada com base nos elementos linguísticos, na sua organização, mas, sobretudo, na mobilização de um vasto conjunto de saberes dos leitores/escritores.

Uma vez circunscrito o ato de leituradestinado à produção de uma escrita questionamos se uma produção, diante de todas as pressões do ambiente carcerário, pode ser considerada, no bojo das experiências de vidas sem a marca premente do peso das instituições prisionais. Dificilmente dispomos de meios para saber se a pessoa que produz uma escrita em situação de custódia, o faria caso se encontrasse em situação de liberdade. Isto porque grandes escritores como Graciliano Ramos, Gramsci, Dostoievski, dentre outros, em função de uma situação de confinamento foram acossados a produzir escritas como Primo Levi, Jorge Senprum, por exemplo; escrevendo obras que trazem a insígnia do cárcere.

De forma inversa, cabe também aseguinte indagação: esses escritores teriam produzidos tais obras se não tivessem passados por situações extremas de encarceramento? Também não dispomos de elementos para responder, apenas queremos salientar que nem todas as pessoas que tiveram, por um período de suas vidas em condição de custódia, escrevem durante ou depois da prisão.

Contudo compreendemos perfeitamente que a escrita, qualquer que seja a situação em que se realiza, pode ser considerada um meio de produção de memória, cujo efeito principal recai no âmbito das transformações subjetivas. Quer dizer, o ato de escrever desloca a pessoa presa de uma posição, à medida que a obriga a entender o mundo e a própria existência de outra maneira, conforme nos informa Mendes (2001).

Mesmo sabendo que a escrita produzida em condição de custódia pode ser grandemente afetada pelas regras e cotidiano da instituição prisional, acreditamos

ser um meio privilegiado para produzir transformações subjetivas que garantam, de certo modo, a manutenção de marcas de singularidade, diante das circunstâncias dos aparatos prisionais que primam pela inculcação da obediência, em muitos casos beirando a subserviência e até mesmo um maciço processo de coisificação da pessoa presa.

Por fim, consideramos de extrema importância, os escritos produzidos sob as lentes da pressão das instituições prisionais, uma vez que o ato de leitura está diretamente conjugado à remição da pena. Quer dizer: esses escritos certamente produzirão mudanças significativas na vida dessas pessoas. Obviamente não sabemos se para melhor ou pior, visto que tudo depende da direção e do sentido que o(a) autor(a) consegue dar aos seus escritos e aos efeitos que deles decorrem.

2 EDUCAÇÃO E EXTENSÃO

O artigo 205 da Constituição Federal prevê que a educação é um direito de todo o cidadão brasileiro e um dever do Estado. O esforço do Estado para cumprir a oferta de educação tem como outro fator de motivação a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada em Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1948, e que determina em seu artigo 26 que "toda pessoa tem direito à educação". (ONU, c1996-2019, p. [6]).

Desde 1967 a legislação penal instituiu como obrigatório o Ensino Fundamental e o Ensino Profissionalizante em nível de iniciação ou aperfeiçoamento para as pessoas privadas ou em restrição de liberdade; conforme pode ser verificado no artigo 17, da Lei de Execução Penal, (LEP) n° 7.210 de 1984 o qual "assegura que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado" (BRASIL, 1984).

No entanto, Faceira (2016), ao longo de suas incursões em instituições de custódia, por mais de uma década, evidencia dificuldades encontradas nessa implementação educacional, ao se valer do depoimento de uma presa que faz a seguinte constatação:

> Escola de 1° a 4° série do 1° grau – durante todas as tardes são realizadas na escola (uma sala de aula no espaço externo da galeria) aulas de

> alfabetização e de 1° a 4° série do primeiro grau. Os presos só frequentam a aula uma vez por semana, em função da impossibilidade de convivência e integração entre os presos das diferentes facções. (FACEIRA, 2016, p.337).

A educação de jovens e adultos privados de liberdade é constituinte de seus processos de integração social para além dos muros institucionais. O currículo dessas unidades deve atender as especificidades das pessoas, respeitando suas características diversas e identidades culturais. Além disso, não deverá ocorrer uma perspectiva curricular que gera uma simples redução dos conteúdos programados para a educação básica, como sugere Julião (2016). Isto porque, como afirma Freire (2015):

> [...] a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou, ao longo da aventura no mundo dos seres humanos, uma conotação de sua natureza, gestando-se na história, como a vocação para a humanização [...]. Em outras palavras e talvez reiteradamente, não é possível ser gente sem, desta ou daquela forma, se achar entranhado numa certa prática educativa. E entranhado não em termos provisórios, mas em termos de uma vida inteira. (FREIRE, 2015, p.26).

A citação de Paulo Freire (2015) denota um fato que é essencial para a compreensão da relevância daproposta em tela: a educaçãoentendida como um processo de humanização dos sujeitos. É exatamente esta perspectiva que permite a construção da cidadania na existência das pessoas. Porém, historicamente o acesso à educação tornou-se um privilégio nesse sistema, pois não é garantido pelo Estado como deveria e está disposto em Lei; o que gera, segundo Saviani (2012), a manutenção de poderes hegemônicos. Essa exclusão de uma boa parcela da sociedade contribui para predomínio da opressão das classes populares, culminando em desumanização e/ou objetificação dessas pessoas, como aponta Freire (2014).

Os prováveis reveses que explicam a exclusão de pessoas de determinado nível social das escolas têm efeitos prolongados, podendo ter extensões para as demais situações da vida como a inserção no mercado de trabalho e o acesso às assistências relacionadas aos projetos habitacionais. Esse processo de segregação que, na maioria das vezes, acontece de forma silenciosa e escamoteada, produz efeitos visíveis.

As reflexões de Vianna (2015) e Pereira (2015) demonstram como esta conjuntura colabora para o aumento da população carcerária e da violência, salientando também o perfil desse público: "homens, jovens, negros e pobres, cujas vidas são marcadas pela desesperança, impotência e pouquíssimas escolhas a fazer, que não sejam ingressar no mundo do crime" (Vianna, 2015, p.105). Acentuadamente a população negra que tem sua história e cultura excluída dos currículos escolares nacionais, marcada pelo não respeito à diversidade étnica.

Nesse sentido, é de fundamental importância que se fale de educação e de seus processos, para as pessoas presas no âmbito em que elas se encontram. Porém, levandoem consideração, por um lado, o conceito de Educação Libertadora, definido por Paulo Freire (2014) que proporciona reflexões acerca de metodologias educativas que viabilizem o aprendizado a partir da própria experiência de quem aprende, de modo contextualizado. Por outro lado, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, de Vygotsky (1988), que possibilita vislumbrar o "espaço possível" da interação de sujeitos no processo de construção de subjetividades, permitindo no campo da psicologia pensar sobre a dinâmica do aprendizado, inserido na amplitude do cotidiano social da pessoa encarcerada.

Por sua vez, é na área da Extensão que a função social da universidade reafirmao que diz respeito à sua relação com a comunidade, por intermédio de grupos sociais aos quais oferece seus serviços acadêmicos. Em outras palavras, as atividades extensionistas consistem na socialização de conhecimento e contribuição das produções e reflexões científicas para a comunidade e sociedade, propriamente dita. Referimo-nos às práticas de intervenção que se inserem nas políticas de interação da sociedade com a comunidade. Trata-se de uma modalidade de atuação que conjuga a produção de conhecimento em alinhamento com a formulação de estratégias aplicadas no processo de formação da cidadania, tendo em vista as mudanças subjetivas que podem decorrer desse processo de interação sistematizada e contínua.

Por outro lado, o projeto de extensão é de extrema relevância acadêmica, pois proporciona aos alunos, destacadamente os de graduação, o contato com o campo ocupacional e a vivência do exercício profissional, tendo oportunidade de aprimorar seus conhecimentos científicos e a articulação teoria-prática,

principalmente na modalidade de ações socioeducativas, atividade frequente nas prisões, cuja finalidade consiste em contribuir, de alguma maneira, para o processo de esclarecimento dos participantes diante da possibilidade de saída da prisão.

3 O CAMINHO DA PRÁTICA

A equipe do projeto, composta por docentes doutores com larga experiência na docência com foco no desenvolvimento da leitura, atualiza os conhecimentosdos professores interessados na condução das atividades de construção das resenhas e relatórios, assim como assessora na avaliação das produções feitas pelas pessoas encarceradas. E ainda, auxilia os docentes da respectiva instituição educativa na proposição das obras ficcionais que embasarão a atividade.

O grupo de trabalho faz oficinas periódicas para orientar os professores e interessados envolvidos no projeto sobre o gênero discursivo resenha/relatório de leitura de livro, apresentando materiais de referência criados pelos pesquisadores, acompanhados de exercícios que se refiramaos pontos contemplados nos referidos materiais.

A opção de utilizar oficinas pedagógicas se deu em razão de concebê-la, conforme define Candau (2000, p.87): "... como espaço de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos".

Após a primeira fase, as pessoas encarceradas, muitas quais realizam seus estudos no Colégio Rubem Braga, selecionam os livros a serem lidos e resenhados (ou relatados em forma de relatório), que devem seguir o modelo apresentado pelo projeto de extensão e acordado com os interessados em guiar a criação das resenhas/relatórios. Em data previamente agendada pelo grupo, acontece o processo de feitura das resenhas e relatórios que, posteriormentesão encaminhadas para a equipe do projeto, que organizajunto com os docentes/interessados, critérios de avaliação, proporcionando condições para asfuturas correções autônomas realizadas na instituição educativa a que estão vinculadasas pessoas custodiadas. Uma vez que a redação ou relatório de leitura sejam avaliados, a equipe encaminhaà direção da unidade prisional, uma planilha com os resultados para o devido processamento na

ficha de cada pessoa presa, com o propósito de viabilizar o cômputo das horas de estudo, visando à concessão da remissão da pena.

A equipe se propõe a acompanhar o processo de construção das resenhas/relatórios estabelecendo uma comparação semestral da produção dos internos a partir da avaliação do desenvolvimento de suas construções autorais. Quanto aos docentes/interessados também ocorre o acompanhamento do processo de instalação do hábito de leitura, a partir das convenções criadas para orientar a correção das produções e o oferecimento de obras a serem lidas.

O projeto tem como proposta desenvolver atividades extensionistas com professores de instituições educativas de unidades prisionais e alunos das escolas de formação de professores da cidade do Rio de Janeiro, que estejam cursando o último ano deste nível de escolaridade, pois que ambas administradas pela Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) oferecerão seus préstimos à população de pessoas encarceradas.

4 REFLEXÕES PRELIMINARES

Desta feita, e ancorado na premissa de que todos somos sujeitos de linguagem, dotados de uma admirável capacidade de formar ideias e exercer a capacidade ilimitada de comunicação, acredita-se que a leitura é uma atividade que amplia a visão de mundo de seus agentes sociais, dotando-os de criticidade para agir no mundo de maneira reflexiva e consciente.

Nesta direção, defendemos o caráter ativo dos sujeitos e a posição de que eles (re)produzem o social na medida em que participam ativamente na leitura e na escrita, no sentido mais amplo, deste mesmo âmbito social. Segundo esta abordagem, destacamos o espaço da relação entre o eu e o outro como o locus das possíveis interferências no desenvolvimento dos seres humanos.

Existem vários testemunhos e depoimentos de pessoas presas e egressas que produziram condições de vida pelo ingresso no universo educativo e, em particular, na prática da leitura e da escrita.

O projeto de remissão pela leitura recém-implantado atualmente já é uma realidade no sistema penal do Estado do Rio de Janeiro, atendendo a Resolução de

sua criação. Com o objetivo de ilustrar um encaminhamento bem-sucedido no tocante a pessoa presa que decidiu dar outro destino a sua vida recorrendo à leitura, reportamo-nos à obra intitulada: Memórias de um sobrevivente, de Luiz Alberto Mendes. O referido autor apresenta sua trajetória de vida em livros autobiográficos, romances, poesias, contos, entrevistas para rádio e televisão, e também palestras em universidades, associações de moradores, condomínios, entre outros lugares.

Um tema, basicamente, atravessa a sua produção: os livros foram responsáveis pela sua decisão em declinar do crime. Afirma mesmo que foi salvo pelos livros, quando se reporta aos mais de trinta anos de prisão, em que passou por momentos violentos, os quais deixaram grandes sequelas em sua vida. Ele admite que o passo para a liberdade foi a inserção no universo da escrita, depois que, ainda em situação de custódia, entusiasmou-se pela leitura e decidiu enveredar na abordagem de temas como violência, solidão, desespero e superação. Na época em que foi preso, mal sabia ler e, muito menos, escrever. Ante as pressões da prisão viu-se obrigado a escrever para sua mãe, contando com a ajuda de amigos.

A atividade de escrever cartas passou a ser um ato cotidiano de Luiz Alberto e foi o começo de uma iniciação literária que transformou sua condição de vida de pessoa criminosa para professor de Literatura, dispondo-se a ensinar as pessoas a encontrarem alternativas de vida mediante a produção da escrita. Tal fato nos leva a refletir sobre o seguinte: da mesma forma que a prisão produz a sua cultura, as pessoas presas podem envidar esforços de resistência enveredando por outras trilhas.

Em sua trajetória, ao invés de ficar valorizando as experiências da prisão que podem ter um apelo de sensacionalismo, principalmente quando se narra ocorrências de mortes, violências, dominação, submissão, prefere falar da satisfação em escrever poesia, contos, livros, atividade que deu outro rumo à sua vida.

Mesmo tendo passado quase a metade de sua vida encarcerado não guarda ressentimento da prisão. Primeiro por que reconhece que praticou crimes em relação aos quais não conseguia declinar do ímpeto de fazê-los. Quer dizer, era movido por um impulso que não conseguia demovê-lo: nada detinha a sua vontade.

Em segundo lugar, foi na prisão que descobriu sua inclinação para a leitura e para a escrita, únicos antídotos para a sua contumaz vontade de realização pelo crime.

Foi, sem dúvida, ao se embrenhar na intimidade do universo da escrita que ele encontrou uma fórmula de felicidade, de tamanha intensidade capaz de fazer minimizar o valor das práticas criminais, a ponto de finalmente declinar delas.

Assim, o propósito em questão é de grande importância para a população carcerária, uma vez que oferece um espaço de reflexão e debate sobre o cotidiano prisional e, principalmente, sobre a prospecção do retorno dos indivíduos em privação de liberdade a dinâmica da vida social.

Também é relevante para os diversos profissionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ), uma vez que viabiliza espaços de aprofundamento de estudos e aprimoramento de práticas pedagógicas, bem como oferece serviços e atividades para a própria população usuária, em parceria com a Universidade.

A execução do projeto de forma continuada e com avaliações de seus frutos quer pelo engajamento de professores, quer pelo desempenho de pessoasencarceradas, permite vislumbrar sua transformação em um dos vieses das políticas públicas referentes à integração social da pessoa presa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n° 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, seção 1, 1984.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FACEIRA, Lobeliada Silva. Por mais longa que seja a noite, o sol volta sempre a brilhar! A memória rompendo o silêncio entre paredes do cárcere. **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 323-344, 2016. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929. Acesso em: 21 mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão? **Cadernos CEDES Campinas**, v. 36, p. 25-42, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. c1996-2019. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 21 mar. 2019.

PEREIRA, L. D. Política educacional dual e população carcerária: o (não) acesso à educação nas prisões. In: FARIAS, F. R.; FACEIRA, L. da S. (Org.). **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. **Resolução SEAP Nº 621**, de 01 de Julhode 2016. Institui no âmbito do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, a remição pela leitura. [2016?]. Disponível em: http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d384d410-ce20-49d3-a5a6-3c6c4129e97e&groupId=132926. Acesso em: 21 mar. 2019.

THOMPSON, Augusto Frederico Gaffrée. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

VIANNA, Glaucia Regina. Desigualdade e segregação: engrenagens para o circuito repetitivo do crime.In: FARIAS, F. R.; FACEIRA, L. da S. (Org.). **Punição e prisão: ensaios críticos.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015. p.105-119.

VYGOTSKY, LevSemenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.